

OLHARES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Francismara Pilatti*
Janes Terezinha Cerezer Kohnlein**
Patrícia Andréa Rauber Knorst***
Simone Regina Stoer****

Resumo

Nos últimos anos, destacaram-se na área educacional, novos conceitos e concepções acerca da inclusão, porém, evidenciaram-se algumas questões preocupantes no contexto educativo, tanto em relação ao atendimento dos educandos quanto à estruturação das escolas inclusivas. Sabemos que a proposta de incluir pessoas com necessidades especiais no ensino regular tem causado grandes polêmicas, já que muitos profissionais têm demonstrado pouco embasamento teórico e legal para defender e acolher as crianças no contexto escolar. Para tanto, a abordagem sobre a educação/escola inclusiva é necessária, visto que precisamos apontar o que de fato ela nos apresenta enquanto princípios educativos inclusivos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Legislação. Propostas inclusivas.

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista legal, a educação inclusiva está pautada e assegurada em vários documentos, que vão desde a Constituição de 1988 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), além das Convenções Internacionais e políticas estaduais e municipais.

Diante de todas essas disposições legais, a escola tem o desafio de garantir e oferecer ao corpo docente e discente, bem como à comunidade escolar, uma escola inclusiva. Para tanto, esta escola deve atender às necessidades da realidade de cada sujeito e dispor de ambientes e práticas pedagógicas capazes de incluir todos no processo de ensino e aprendizagem.

Embora a escola que temos apresente um currículo fechado e muitas vezes homogêneo, é fundamental que se pense em outra escola, e que esta esteja pautada no compromisso de garantir a todos o direito de aprender de formas diferentes, tendo suas diferenças respeitadas, para que então se tenha uma concepção baseada no respeito às diferenças no espaço educativo.

Nesse processo de inclusão, há dois sujeitos que se configuram como protagonistas do processo educativo: o educador e o educando. Nessa ênfase de escola inclusiva, faz-se necessário pensar em um planejamento flexível, uma vez que é preciso propor atividades abertas e

* Pós-graduanda em Anos Iniciais e Educação Infantil na Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de São Miguel do Oeste; Graduada em Pedagogia; francismara.pilatti@unoesc.edu.br

** Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo, Especialista em Psicopedagogia; graduada em Pedagogia Orientação Educacional pela Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de São Miguel do Oeste; janes.kohnlein@unoesc.edu.br

*** Graduada em História; graduanda em Pedagogia; e Pós-graduanda em Anos Iniciais e Educação Infantil na Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de São Miguel do Oeste; patricia_patty@hotmail.com

**** Graduada em Pedagogia; Pós-graduanda em Anos Iniciais e Educação Infantil na Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de São Miguel do Oeste; moninha-fofo@hotmail.com

diversificadas que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, para que possam ser estimuladas suas potencialidades.

Nessa perspectiva de escola inclusiva, o processo de avaliação não pode ser visto como um meio de seleção e classificação dos educandos, mas valorizar cada educando conforme suas potencialidades, respeitando as limitações de cada um.

Faz-se, assim, importante repensarmos que educação desejamos, quais são as práticas que desenvolvemos enquanto docentes que desejam incluir todas as crianças em um processo de ensino e aprendizagem democrático e de qualidade, que valorize cada uma, um ser em pleno desenvolvimento.

2 CONCEITOS E CONCEPÇÕES: EXCLUSÃO E INCLUSÃO

A exclusão e a inclusão estão presentes no campo do discurso, pois trazem a ideia de espaço, de estar dentro ou fora do processo. No sentido de mudar o paradigma conceitual, entende-se a *exclusão* como estigma ou segregação produzido pela sociedade. Já a *inclusão* é a oportunidade de todos ao acesso de ser e estar na sociedade de forma participativa, uma vez que a inclusão não é marcada por nenhum tipo de interesse econômico.

Contextualizar a educação inclusiva no cenário educacional atual requer apontarmos que ela não se destina apenas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, como há pouco tempo se pensava. Pelo contrário, deve abranger todas as crianças da escola, visto que cada uma delas é singular e é preciso pensar a diversidade enquanto sala de aula.

De acordo com Campbell (2009, p. 139), é preciso reconhecer a educação inclusiva com novos olhares:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos que apresentem alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros e que todos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares, bem-vindos e aceitos, formando parte da vida daquela comunidade.

Dessa forma, pode-se argumentar que uma escola inclusiva tem que ter um olhar para todas as crianças da escola, inclusive para os profissionais que trabalham nela. No entanto, não podemos pensar a inclusiva de forma única e fechada, mas de forma dinâmica e flexível.

Segundo Campbell (2009, p. 139), “[...] incluir significa aprender, reorganizar grupos e classes, promover a interação entre alunos de um outro modo, em que compartilhamos um mesmo todo, ainda que eventualmente em posições diferentes em função da complementaridade proporcionada pela diversidade.”

Com isso, a inclusão escolar deve caminhar para o bem-estar do processo de ensino e aprendizagem, bem como para o encontro da diversidade. Incluir as crianças na sala de aula implica reconhecermos que a inclusão sempre deve ser igualitária para todos, pois precisamos olhar também para as diferenças e fazer delas um caminho para a inclusão.

Sabemos que uma escola inclusiva deve lutar para que as crianças com deficiência também tenham seu espaço garantido, respeitado e valorizado na classe de ensino regular, da rede

pública ou particular de ensino. Conforme Drago (2011, p. 87), “[...] há de se enfatizar que a inclusão de alunos com deficiência em salas comuns do ensino é um processo que ultrapassa os contextos escolares, uma vez que incluir está associado a um todo maior que é o contexto sócio-histórico e cultural do meio ao qual o indivíduo está integrado.”

Assim, legalmente, a Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de fevereiro de 2001, aponta princípios para uma educação inclusiva:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001).

Para tanto, todas as pessoas com necessidades especiais, na Educação Básica, têm o direito de frequentar um espaço escolar, porém, deve-se obter um olhar diferenciado para com esses educandos, oferecendo e ensinando com diversas metodologias de ensino, para que a inclusão do processo de ensino e aprendizagem aconteça.

Nesse sentido, é dever da unidade escolar, bem como das secretarias de educação, conhecerem quem são os educandos que demandam atendimento, ou seja, aqueles que têm necessidades especiais. Posteriormente, é preciso estudar as melhores ações a serem tomadas para acolher e incluir essas crianças no contexto escolar.

Analisando e vivenciando o modo como vem sendo feita a inclusão de alunos com deficiência matriculados nas salas comuns da Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como os processos sociopsicológicos de aceitação e adaptação ao cotidiano vigente e, ainda, tendo claro que a educação em um contexto geral e a inclusiva em um contexto mais específico implicam um processo contínuo de reconhecimento e cultura e, nelas, é produzida e reproduzida, bem como um processo de melhoria da escola, em todos os seus âmbitos institucionais para promover a aprendizagem e a participação dos alunos. (DRAGO, 2011, p. 20).

Não basta acolhermos as crianças no seio escolar, é preciso fazer com elas se sintam bem e com o processo educativo consigam promover um avanço na aprendizagem.

Uma das características básicas da educação inclusiva é que cada pessoa respeite as diferenças uma da outra. Por isso, é primordial que as crianças, desde a Educação Infantil sintam-se acolhidas por todas as pessoas que as rodeiam, inclusive por seus colegas na sala de aula. Para tanto, é imprescindível que desde cedo elas aprendam a conviver e a se relacionar com o outro na escola.

Dessa maneira, uma educação inclusiva deve caminhar por entre princípios éticos e coletivos, já que a melhor maneira de incluir as crianças no grupo é fazendo com que elas, de início, sintam-se acolhidas na turma e/ou grupos de atividades desenvolvidas na sala de aula. Embora cada criança seja única, é importante que as outras aprendam também a respeitar a sua própria singularidade e também do outro.

Campbell (2009, p. 141) aponta que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que eles possam ter, pois, se aceitarmos alunos “deficientes” (não importa o grau) em uma escola para todos e se eles forem tratados de um modo excludente, teremos uma farsa inclusão.

Desse modo, o grande desafio da escola inclusiva ainda gira em torno de como ensinar todas as crianças, sem excluí-las do processo de ensino e aprendizagem, sabendo que é preciso respeitar as diversidades afetas à cultura, à aprendizagem e à história de vida de cada criança.

A educação inclusiva não se trata de uma proposta apenas para acolher as crianças e lhes proporcionar uma educação de qualidade. É muito mais do que isso, já que se configura como um direito de todo cidadão. Segundo Campbell (2009, p. 142), “[...] diante de necessidades educacionais especiais, a escola deve responder com situações de ensino e aprendizagem diferentes das usualmente organizadas para a maioria dos educandos, ou seja, das situações comuns de ensino regular.”

Não há como pensar em uma educação inclusiva, sem lançar um olhar crítico e ético para o campo social, visto que todas as crianças com necessidades especiais têm direito a ter um ensino de qualidade e com sua especificidade respeitada.

De acordo com, Carvalho (2009, p. 35),

Uma escola inclusiva não “prepara” para a vida, ele é a própria vida, que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidos. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando das necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si, com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino-aprendizagem de boa qualidade, com todos e para a vida toda.

Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve proporcionar práticas pedagógicas em ambientes que favoreçam o desenvolvimento da criança, enquanto ser humano, não primando apenas pelo conhecimento científico, mas valorizando os saberes culturais de cada um. Além disso, uma escola inclusiva deve ser sensível, visto que cada criança possui singularidades que enriquecem e dão vida ao ambiente escolar, bem como ao processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Cunha (2012, p. 28), é preciso a participação de todos para a construção de um currículo inclusivo nas escolas. Dessa maneira, alguns eixos são essenciais:

Identificar o saber que o aluno já possui. Estimular e privilegiar a comunicação. Avaliar os recursos disponíveis. Propor atividades de acordo com o aluno. Estabelecer ativida-

des inclusivas para serem realizadas também por toda a turma. Quanto aos recursos pedagógicos, sabemos que materiais sensoriais podem servir como suporte na aplicação do currículo formal e propiciar ao estudante habilidades para a vida fora da escola.

É primordial para se ter um currículo inclusivo que se conheça e pense o saber de cada aluno, uma vez que, conhecendo as crianças, podemos elaborar um currículo que se adeque às necessidades delas. Para tanto, é fundamental que as atividades que são realizadas no espaço escolar sejam inclusivas.

É preciso analisar que um currículo inclusivo não é apenas porque na escola e/ou na sala de aula temos crianças com necessidades especiais e que demandam mais atenção e atividades adequadas para elas. Pelo contrário, um currículo inclusivo deve fazer parte de toda a escola, e por isso também de tudo o que se é usado na sala de aula; desde os materiais pedagógicos, precisam atender à diversidade da criança que está na escola.

Segundo Campbell (2009, p. 141), “[...] os sistemas educacionais devem garantir o acesso aos conteúdos básicos a todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais [...]” Portanto, é preciso educar todos os alunos, socializando os conteúdos mínimos, sem excluir as crianças com necessidades especiais desse processo e buscando alternativas viáveis de acordo com as potencialidades de cada uma.

Diante disso, Campbell (2009, p. 150) ainda orienta que:

As escolas devem prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas aos alunos com habilidades e interesses diferentes. O princípio regulador deve ser o de providenciar a mesma educação a todos os alunos e também prover assistência adicional e apoio aqueles que assim o requeiram [...] A escola deverá atender ao princípio das flexibilidades em seu currículo, respeitando o caminhar do próprio aluno e favorecendo seu progresso escolar, rompendo barreiras que estejam impedindo ou dificultando o próprio processo educativo.

Portanto, um currículo inclusivo deve ser flexível, para então estar aberto a modificações, já que o tema inclusão nunca é pronto e acabado, mas sempre está recebendo novos conhecimentos.

Desse modo, para que este currículo inclusivo seja colocado em prática, precisamos de educadores comprometidos e mediadores do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Campbell (2009, p. 157), além dos educadores, é primordial a presença de outros profissionais no processo da inclusão escolar:

A educação especial, como o próprio nome indica, lida uma deficiência específica por escola e existem as especiais para deficientes visuais, outra para deficientes auditivos e ainda outra para deficientes mentais. Algumas dificuldades de aprendizagem são tratadas por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, enfim, um especialista por área. Feitas estas considerações, mesmo com uma formação fantástica, não é justo supor que o professor da escola comum que acolhe a inclusão dê conta de tanta diversidade de problemas na mesma sala de aula, menos ainda se não contar com suporte e apoio.

Nem todo o educador tem conhecimento para atender adequadamente a determinadas deficiências e/ou necessidades especiais, por isso, é fundamental que ele receba apoio da gestão escolar e de profissionais habilitados em educação especial e bem como das parcerias com a área da saúde.

Diante disso, na educação inclusiva, a avaliação dos educandos é desenvolvida e entendida pelos vários níveis de compreensão, considerando que cada sujeito assimila de acordo com suas potencialidades, limitações e também progressos.

Assim, Campbell (2009, p. 151) explica que: “[...] a avaliação deve ser contínua e qualitativa, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente a aprendizagem de todos os alunos, o que já diminuiria substancialmente o número de alunos que são indevidamente classificados como deficientes nas escolas regulares.” Assim, uma avaliação inclusiva é de caráter acolhedor e dinâmico, visto que não podemos deixar que nenhum aluno se sinta excluído nesse processo de ensino e aprendizagem.

3 CONCLUSÃO

É possível mudarmos a concepção de educação e a sociedade que temos, iniciando por pequenas atitudes e reflexões. Ter consciência do que propõe a educação inclusiva e os benefícios que ela propõe na vida do ser humano.

Considerando as discussões elencadas, pode-se destacar que a educação inclusiva está garantida legalmente, porém, ainda é preciso acreditar em um processo de transformação e de mudança no que diz respeito à inclusão dos educandos com necessidades especiais, pois, ainda hoje, a gestão escolar e os educadores estão em um processo de reconhecimento das novas práticas inclusivas.

Dessa forma, a educação inclusiva deve se infiltrar na prática educativa de todas as instituições, uma vez que seus princípios caminham em direção do acolhimento da diversidade e da integração de todos no meio escolar, com a finalidade de desconstruir as práticas pedagógicas que visam à exclusão para propor práticas pedagógicas inclusivas.

O sucesso da educação inclusiva depende muito do elo entre a gestão escolar, os educadores, os educandos e também a comunidade escolar. Assim, para que se efetive o sucesso da prática inclusiva, é necessário o esforço, o diálogo e a participação de todos nesse caminho. Para que se consiga vencer as barreiras propostas por esse currículo homogêneo de princípios capitalistas, que incentiva a competição, precisamos desenvolver ações que valorizem a sensibilidade e a diversidade de todos os educandos, para termos uma sociedade mais humana.

Portanto, como educadores e educadoras, temos que nos conscientizar sobre a importância de lutarmos por uma escola inclusiva. Por meio de nossas práticas pedagógicas no contexto escolar podemos possibilitar novas formas de vermos e sentirmos o outro, impedindo que o sentimento de preconceito seja desenvolvido nas crianças. Assim, precisamos ter confiança que as crianças de hoje fazem e farão a diferença na sociedade, uma vez que elas podem romper as barreiras da exclusão e caminhar para a construção de uma nova sociedade, em que não seja necessária uma política de inclusão, porque todos terão direitos iguais, apesar de suas diversidades.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf>. Acesso em: 4. jul. 2012.
- BRUNER, Jerome S. **Uma Nova Teoria da Aprendizagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.
- CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. **A educação integrada à vida: analítica e visão biocêntrica – distinções e convergências**. Pelotas: [s.n.], 2002.
- DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GUILLOT, Gerard. **Afeto e autoridade na educação das crianças. Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SNYDERS, George. **Alunos Felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

